

A *praxis* do Arquivo Distrital do Porto e a actualidade arquivística nacional

ANTÓNIO SOUSA

MARIA JOÃO PIRES DE LIMA

R E S U M O

O artigo aborda o modo como o Arquivo Distrital do Porto tem efectuado a modernização dos serviços, referindo os projectos que concebeu e tem vindo a implementar, vocacionados para a satisfação dos diferentes utilizadores da instituição e contribuindo, assim, para a renovação tecnológica e organizacional na Administração Pública.

Apontam-se resultados, esboçam-se algumas questões pertinentes para os desafios e o papel dos arquivos na modernização das instituições e na promoção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

MODERNIZAÇÃO
REFERÊNCIA E LEITURA
ACESSO À INFORMAÇÃO
DESMATERIALIZAÇÃO DE
PROCESSOS
CERTIFICAÇÃO
ELECTRÓNICA
ARQUIVO DIGITAL
GESTÃO DE INFORMAÇÃO

A B S T R A C T

The paper presents the process of modernization of Arquivo Distrital do Porto.

Several projects were conceived and developed with the objective of fulfilling the needs of the different users which represents a contribution to the Public Administration's technological and organizational renewal. Results are presented, as well as some issues concerning the role of archives on the modernization of the institutions and promotion of citizenship.

INTRODUÇÃO

A actualidade arquivística nacional tem vindo a ser marcada pela implementação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e de outras medidas no âmbito da sociedade da informação e do conhecimento, nomeadamente o Plano Tecnológico do actual governo, que têm merecido o acompanhamento possível pela Direcção-Geral de Arquivos (D GARQ).

Estão em curso alterações que podem marcar o desenvolvimento da política arquivística nacional mas também os seus actores sociais, dos arquivistas aos decisores públicos e privados, dos utentes dos arquivos aos serviços de arquivo.

Sem dúvida que não é uma “moda” a actual relevância, ainda que modesta, que os arquivistas conseguiram granjear junto dos decisores políticos e na sociedade em geral. A cultura “vende” mas não propriamente a associada à documentação de arquivo e esta é fundamental para outros fins como começa, agora, a ser reconhecido pelos responsáveis das organizações, públicas e privadas!

Os projectos e experiências que algumas instituições e serviços foram produzindo nos últimos anos tiveram, certamente, algum peso no eclodir da visibilidade referida, quer pelo conhecimento adquirido pelos intervenientes e que, agora, perseguem o desenvolvimento de novos produtos e serviços, quer pelas reconhecida relevância do trabalho já efectuado e cujos resultados se tornaram “visíveis” aos utilizadores.

O Arquivo Distrital do Porto (ADP) tem feito também este caminho!¹ Tem tido a preocupação de modernizar os seus serviços, de produzir mudanças organizacionais que possibilitem um melhor serviço aos diversos clientes, designadamente no acesso às fontes de informação que custodia e na sua difusão informacional, sem descurar as competências que lhe cabem como centro dinamizador e coordenador de todos os arquivos da zona e como entidade prestadora de serviços, embora condicionada pela dimensão e natureza dos recursos humanos, financeiros e materiais colocados à sua disposição².

A ESTRATÉGIA, OS PROJECTOS DO ARQUIVO E OS SEUS UTILIZADORES

Nesta linha de orientação, o ADP tem trabalhado na desmaterialização quer do *front-office*, quer do *back-office*, simplificando os processos internos, na assumpção de uma Administração mais confiante e menos controladora,

no estrito cumprimento da lei, apostando nas tecnologias de informação e comunicação como peças chave, que se traduzem num aumento da qualidade de trabalho e em significativas alterações de âmbito organizacional.

Para a promoção desta estratégia, a candidatura a programas de financiamento e cooperação institucional mostraram-se indispensáveis, na expectativa de que as políticas desenvolvidas e os objectivos estratégicos definidos promovam a execução da política arquivística nacional no distrito do Porto e sejam pertinentes para o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento no país, apresentando aspectos inovadores que reflectam preocupações com a melhoria da acessibilidade aos conteúdos administrativos e culturais.

Temos dispensado particular empenhamento na salvaguarda, valorização e garantia dos direitos do Estado e dos cidadãos e no incremento da qualidade dos arquivos enquanto recurso informativo, aspectos relevantes numa modernização da Administração Pública portuguesa, visando ultrapassar os constrangimentos que a impedem de ter uma prestação de qualidade no exercício das suas funções.

Os novos modelos organizacionais são um risco que o ADP aceita correr, a par de uma administração que se está a posicionar neste sentido, consciente de que a gestão da mudança acarreta riscos, mas também desafios que, estamos certos, seremos capazes de ultrapassar se, em conjunto com todos os agentes, incorporarmos os novos conhecimentos e assim ganharmos a confiança dos cidadãos/clientes

O fomento da prestação de novos serviços e a perspectiva de produção de novos produtos têm obrigado, como já frisámos, à implementação de novas infra-estruturas e à consideração de novas modalidades de promoção do ADP e de resposta aos utilizadores, quer para satisfação de requisitos administrativos, referentes à sua cidadania, quer reportando às suas diversas necessidades, sejam elas culturais, científicas ou outras.

Os serviços e instituições de arquivo têm contudo utilizadores diferenciados consoante as valências e funções que disponibilizam. Por isso, não tem sido só os “utilizadores da sala de leitura”, aqueles que pretendem consultar a informação existente nos documentos custodiados, que têm sido objecto da preocupação deste Arquivo. São também utilizadores (ou como agora é hábito designar, clientes), os próprios funcionários (colaboradores, como também agora

se usa dizer) do Arquivo, as entidades que enviam documentação e as que solicitam apoio técnico ou consultoria, bem como os utilizadores das nossas propostas culturais e educativas. Para todos estes grupos se tem procurado respostas adequadas aos ambientes tecnológicos e sociais em que se inserem, ainda que os projectos desenvolvidos pareçam estar centrados no grupos de utilizadores referidos em primeiro lugar.

Estamos certos que o arquivo digital permite novos serviços enquadrados numa renovada interacção com o utilizador: assume-se a proximidade virtual do leitor, e possibilita-se a oferta de produtos e a consequente solicitação dos mesmos de forma transparente e sem percepção de distância.

O ADP, de forma continuada, tem procurado adequar a sua acção na tentativa de uma definição clara da missão e dos objectivos da organização, focalizando as suas preocupações nos clientes, fixando objectivos com base nas necessidades dos seus utilizadores e atendendo aos resultados a obter e prosseguirá os seus esforços no sentido de sintonizar a sua actuação com as competências e responsabilidades que lhe estão cometidas.

A aquisição de saber-fazer em arquivos digitais: a conversão dos instrumentos de pesquisa

A candidatura ao Programa Operacional da Cultura do projecto DigitArq – Produção, conversão e gestão de conteúdos digitais de arquivo, no ano de 2002/2003, enquadrou-se nos objectivos mencionados.

digit **Arq**

As características do projecto, com carácter transversal e estruturante na sua área de implementação, qualidades que julgamos inovadoras e enriquecedoras no panorama nacional, tal como veio a ser reconhecido pela atribuição do prémio Fernandes Costa – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, promovido pelo Instituto de Informática, que considerou ser o que melhor respondeu à «inovação e contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação» em Portugal no ano de 2004, não se esgotaria no dia em que terminasse, ao possibilitar constituir um saber-fazer interno, no ADP e no país, passível de ser transmitido a outras instituições.

A conversão dos instrumentos de descrição, da estruturação de uma cadeia de digitalização e gestão dos objectos digitais, teve o objectivo de disponibilizar em linha, local e remotamente, os conteúdos do Arquivo, através de uma interface em ambiente *web* que actua sobre todo o repositório criado. A necessidade de servir utilizadores remotos, condição imprescindível na actualidade, tornava incontornável a utilização daquele ambiente.

Os antigos instrumentos de descrição foram convertidos para um formato digital passível de ser inquirido remotamente (uma parte significativa dos inventários ainda se encontravam dactilografados e a descrição obtida foi normalizada⁹) e desta forma facilitar a relação entre as necessidades de informação do cidadão e os procedimentos inerentes à pesquisa e fornecimento das respostas por parte do Arquivo.

O projecto DigitArq veio permitir o acesso do público à pesquisa dos documentos através da Internet, possibilitando ao utilizador a localização dos documentos e a disponibilização imediata não apenas da sua descrição arquivística, mas também de uma imagem digital. O resultado da consulta é completo e elucidativo para que a representação da descrição fosse de fácil localização e devidamente contextualizada.

Um segundo aspecto relacionou-se com a necessidade de aumentar a oferta de capacidade de pesquisa e a disponibilidade de acessibilidade da informação, quer ao nível da descrição arquivística, quer da disponibilização de reproduções dos documentos: um conjunto de imagens – objecto digital (OD) – conforme a estrutura do documento original.

O repositório desenvolvido é constituído por um sistema de informação de descrição arquivística onde são guardadas sob diferentes níveis as descrições de documentos que vão sendo produzidas sobre os documentos custodiados. A esse repositório está associado outro, que contém reproduções digitais de documentos passíveis de serem publicadas na *web* e a metainformação das matrizes desses ficheiros, sendo a gestão deste efectuada pela aplicação de Gestão de Objectos Digitais (GOD).

Em termos organizacionais, esta aplicação possibilita semi-automatizar o processo de digitalização dos documentos e a produção e gestão dos objectos digitais. Trata-se de gerir de forma integrada toda a produção de imagens dentro do Arquivo, considerando essa cadeia de produção desde a fase de captura e/ou integração até à fase de migração e acessibilização das mesmas.

Esta automatização teve por objectivos conseguir a rentabilidade dos equipamentos e dos recursos humanos, o incremento da qualidade do serviço e a gestão e preservação das imagens obtidas. Por exemplo, elaboraram-se perfis de digitalização de acordo com as características físicas da documentação a digitalizar e as características finais pretendidas para as imagens a obter, o que implicou a realização prévia de testes. Estas configurações são utilizadas sempre que se dá início a um projecto de digitalização, assegurando-se dessa forma a uniformização coerente da captura das imagens.

Gostaríamos aqui de destacar alguns aspectos positivos, muito relevantes, que resultaram da implementação do projecto.

1. A inter-relação entre as duas aplicações (DigitArq e GOD) permite ao utilizador que efectua a pesquisa, na Internet ou na rede interna do ADP, obter a informação não só da descrição contextualizada como também, quando disponíveis, as reproduções digitalizadas dos documentos.

Estas novas funcionalidades traduziram-se na promoção do Serviço de Referência e Leitura, pelo aumento do número de utilizadores e de documentos consultados, verificando-se uma tendência claramente acentuada para o seu incremento, nomeadamente por via remota.

Contrariamente a algumas ideias preconcebidas que alguns temem, a disponibilização remota das descrições arquivísticas e da reproduções dos documentos não significou uma menor presença local de utilizadores, no Arquivo.

2. A abordagem da área da produção e gestão de objectos digitais permitiu a aquisição de conhecimentos sobre as problemáticas relacionadas com os documentos electrónicos, da produção à preservação, a manutenção do acesso continuado à informação que contém etc. Este objectivo foi estrategicamente importante na capacitação que o ADP desenvolve, visando a recepção de documentos produzidos em ambiente digital e uma melhor prestação de consultoria na área arquivística. Pode dizer-se que esta foi uma primeira experiência no país, continuada pelo IANTT e, agora, pela DGARQ, nos projectos RODA (Repositório de Objectos Digitais Autênticos), em cuja equipa se encontram algumas das pessoas intervenientes⁴ no projecto DigitArq.

3. Ainda no âmbito do projecto foi, também, possível desenvolver uma aplicação de apoio à gestão da aquisição de fundos arquivísticos que permite a elaboração de guias de remessa em formato digital e a exportação dos dados para a aplicação

de descrição DigitArq, alimentando de forma continuada o arquivo digital do Arquivo Distrital e mantendo a recuperação da informação transferida sem perdas significativas de tempo em novos trabalhos de reorganização, contribuindo para a diminuir consideravelmente o tempo de resposta ao utilizador, dado que a informação passa a estar, quase em tempo real com a recepção dos documentos, acessível no Arquivo e remotamente.

O sucesso deste projecto é visível não só pelo seu funcionamento adequado como pelo interesse que tem suscitado, nomeadamente na comunidade arquivística. A partilha do conhecimento e dos recursos obtidos sempre foi um princípio orientador da *praxis* do ADP, pelo que nos é grato referir a prestação de serviços de consultoria relacionados com os conhecimentos adquiridos no projecto – nomeadamente em projectos de conversão de instrumentos de pesquisa/descrição e de digitalização – e a cedência das aplicações desenvolvidas através de protocolo⁵.

A referência e a consulta virtual

A oferta de serviços, mais adequados às possibilidades que as tecnologias oferecem, tem orientado o desenvolvimento de novos produtos, com o foco na gestão dos utilizadores e na definição dos seus diferentes perfis, visando a angariação de novos clientes, com recurso, nomeadamente, a técnicas de *marketing*. Os arquivos digitais, entendidos em todas as suas valências, ao permitirem o acesso remoto via *web*, afiguram-se como oportunidades de negócio, pelas mais-valias introduzidas, sem esquecer a vertente fundamental de serviço público ao cidadão.

O acesso aos bens culturais não pode, nem deve passar exclusivamente pela consulta e disponibilização de reproduções e pelo uso de meios tradicionais. A rentabilização das instituições da área cultural depende, também, do uso dos instrumentos tecnológicos e organizacionais existentes, devidamente adequados e ajustados aos bens que custodiam e à disponibilização ao público dos seus serviços.

Assim, atendendo a que os documentos de arquivo, custodiados pelo ADP e parte integrante do património cultural português, possuem também um valor probatório e legal, assume-se a necessidade de passar a um novo patamar inovacional, para responder ao propósito da implementação do fornecimento, remoto e local, de reproduções digitais de documentos certificadas em ambiente electrónico, com os requisitos de autenticidade, integridade, não-repúdio e confidencialidade dos dados⁶.

Este aspecto é fundamental na implementação do projecto Consulta Real em Ambiente Virtual (CRAV)⁷: a sala de referência e leitura virtual surge como a valência funcional que transporta a instituição para a dimensão dos relacionamentos electrónicos com o utilizador a todos os níveis.

Os serviços que o utilizador pretender usar serão processados em ambiente *web*, desde uma requisição ou solicitação de reserva, consulta e/ou reprodução /certificação a todo o relacionamento posterior com o utilizador, ao longo do processamento do seu pedido e até à satisfação deste.

Para o utilizador, as funções da sala de referência e de leitura virtual serão as seguintes:

- efectuar a pesquisa;
- visualizar o(s) documento(s) pretendidos, resultantes da pesquisa;
- fazer o pedido de consulta (no balcão do arquivo);
- reservar documentos para consulta;
- solicitar ao arquivo a execução de pesquisas;
- solicitar cópias dos documentos;
- receber a informação dos orçamentos para os serviços solicitados e aceitá-los;
- conhecer o estado do seu pedido de pesquisa ou de reprodução;
- inquirir ou obter informações suplementares relacionadas com o tema/ assunto da sua pesquisa;
- efectuar o pagamento por meio electrónico;
- receber as cópias, certificadas ou não, em formato digital por via da Internet;
- possibilitar o acesso por cidadãos com necessidades especiais.

A inovação não se restringe apenas ao utilizador remoto uma vez que o utente presencial usará a mesma aplicação para efectuar os seus pedidos, havendo assim uma integração de toda a informação produzida no serviço de referência e leitura no mesmo sistema. Não existirá, por isso, uma duplicação de procedimentos, de registos, de tramitação, consoante se atende o utilizador remoto ou o presencial. Afectará também outras áreas funcionais, uma vez que no mesmo ambiente se farão os registos de expediente e de processos, por exemplo.

A implementação deste serviço obrigará a algumas alterações organizacionais, à simplificação de alguns processos ou redesenho de alguns circuitos, mas também ao rigor de outros, necessários a um funcionamento célere e de qualidade, otimizando o funcionamento da organização.

O processamento “virtual” das funcionalidades relacionadas com o serviço de referência e leitura permitirá:

- uma ferramenta de gestão dos pedidos, que possibilitará o controlo ao longo de todo o processo;
- a circulação da informação entre os serviços do Arquivo no mesmo ambiente e suporte, disponível em simultâneo aos diversos intervenientes nos processos;
- a obtenção facilitada e mais rigorosa de indicadores de desempenho da instituição e dos seus agentes;
- a satisfação dos utilizadores à distância e num menor tempo possível;
- o envio de cópias, certificadas digitalmente ou não, de um modo seguro através da Internet;
- a prestação de outros tipos de serviços como a “digitalização a pedido”, ainda que executada pontualmente;
- um conhecimento mais rigoroso dos utilizadores e dos seus perfis;
- a obtenção automática (e mais rigorosa) da informação dos fundos consultados.

OS DESAFIOS DOS ARQUIVOS E DA ADMINISTRAÇÃO

Os arquivos não podem ficar à margem dos processos de modernização administrativa que se sucedem, necessariamente, ao longo dos anos.

Torna-se, assim, necessário ultrapassar os constrangimentos bloqueadores de uma Administração Pública muito voltada para o procedimento administrativo cujo paradigma é centrado no uso do papel e implementar processos de trabalho orientados para o ambiente digital (pagamento electrónico e assinatura digital). Esta reorientação tem de ser acompanhada da necessária modernização tecnológica, mas ao mesmo tempo da adequada formação profissional e da salvaguarda do património arquivístico, condição essencial para a gestão das organizações.

O projecto em curso privilegia a relação interactiva da instituição com os cidadãos usando as tecnologias e processos já disponíveis mas ainda não em uso nas instituições culturais. Assim, o Arquivo Distrital do Porto posiciona-se com contribuições para diversos campos de intervenção, mais ou menos conhecidos, desde a Sociedade do Conhecimento ao Plano Tecnológico da actual legislatura⁸.

O sistema de arquivo como base da modernização tecnológica

A modernização tecnológica só será eficaz se existir uma organização clara das instituições e dos serviços, com os respectivos instrumentos de gestão e execução das suas funções, sejam elas de suporte ou dos fins que constituem

a sua actividade principal. Num arquivo, p. e., não é possível falar em modernização possuindo uma boa aplicação informática para a descrição dos fundos mas não usar convenientemente as normas de descrição; em qualquer serviço ou entidade, a eficácia de um sistema de *workflow* pode ser anulada por uma deficiente identificação das séries documentais produzidas.

A optimização, o bom funcionamento de uma organização, seja ela qual for, depende sempre de uma gestão dos seus documentos (e da informação que contém) enformada por um sistema de arquivo claro e adequado, respeitado no uso quotidiano.

Não há inovação, modernização e mudança tecnológica que obtenha sucesso se não for ancorada em mudanças organizacionais resultantes de uma “renovação de mentalidades” que questiona os processos e os procedimentos permitindo, quando pertinente, a substituição de instrumentos funcionais de carácter normativo ou meramente orientador: manuais de procedimentos, protocolos, regulamentos, sistemas de classificação, etc. Este aspecto é especialmente relevante quando se pretende implementar a prestação de serviços no âmbito do “governo electrónico”.

Trata-se de alterar o perfil “tecnológico” e “cultural” do funcionamento dos arquivos, mas também de toda a Administração – e dos seus serviços de arquivo – na sua vertente produtora e gestora de “informação corrente”, que visa facilitar a interacção e a obtenção de informação e serviços por parte de qualquer cidadão ou entidade.

O risco da mudança e a exigência do rigor

Os desafios actuais da modernização do Estado e dos seus agentes, como da sociedade em geral, passam, como já frisámos, pela assumpção do risco da mudança, risco que não poderá pôr em causa a prestação dos serviços e a preservação do património arquivístico que garante direitos e deveres do Estado, dos cidadãos, das instituições e das empresas, um valor que não é apenas cultural. Trata-se de não justificar a segurança necessária com o medo: medo de disponibilizar a informação e os serviços, medo de alterar os procedimentos e a cultura administrativa, medo da transparência.

Numa perspectiva oposta, abdicar da exigência de rigor, nos procedimentos e nos actos, justificando-a levemente com a necessidade de simplificar

e desburocratizar, é esquecer que só o rigor nos pode libertar do que é redundante e acessório e permitir o combate ao desperdício de meios e de tempo e a promoção da eficácia e do “sucesso” da sociedade.

Dos arquivos à cidadania

A alteração dos processos organizacionais terá sempre vários objectivos, uns internos e outros direccionados ao exterior, seja ao cidadão (hoje que se fala em atendimento personalizado) ou às entidades que se relacionam com o arquivo. Não existem, todavia, produtos prontos-a-usar! Pretender inovar e modernizar significa sempre aceitar dispor de mais algum tempo para “formar” os nossos colaboradores e clientes, consoante a literacia informacional que possuem⁹.

Estes “custos” permitirão obter mais informação e conhecimento e, assim, programar movimentos e tarefas, prever mais facilmente alguns resultados e antecipar informação ao utilizador; planejar e exigir o cumprimento do que se espera dos serviços e dos seus agentes. Disciplinam-se os prestadores de serviço e os utilizadores, racionalizando a utilização dos meios disponíveis, ainda que ao permitir uma resposta mais adequada a um leque mais vasto de cidadãos, algum “nicho de clientes”¹⁰ se sinta defraudado nas suas expectativas, ignorando, todavia, que outras oportunidades lhe são oferecidas, apenas possíveis pelas inovações introduzidas.

O sucesso dentro de portas, no Arquivo Distrital do Porto, antecipará igual desiderato ao utilizador remoto, no conforto de sua casa, fora de horas de expediente, ou no exercício a sua actividade, acedendo ao Arquivo a partir do seu local de trabalho. Afinal, também os arquivos são chamados a contribuir para o bem-estar individual e a prosperidade económica do país, ao facilitar o acesso dos investigadores e dos agentes económicos – p. e., da indústria dos conteúdos – à matéria-prima que é a informação original, porventura única, presente nos documentos de arquivo, promovendo «uma cidadania moderna, para a qual o uso das tecnologias da informação e da comunicação seja um instrumento normal de acesso à informação, à educação, ao trabalho e à participação na vida pública»¹¹ fontes da Cultura e do Direito dos cidadãos.

O SEU SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO SEM DANIFICAR OS LIVROS



Problemas na digitalização com scanners convencionais

Sombra da lombada na imagem
Distorção do texto
Livro comprimido contra o vidro
Danos na lombada do livro



Sistema Bookedge dos Scanners Avison

Totalidade da página em contacto com o vidro
Resultado: Imagem de alta qualidade e limpa,
fácil leitura para OCR.
Lombada e integridade do livro preservadas



NOVO SCANNER AVISION FB6080E

O novo scanner Avison FB6080E é uma solução económica, especialmente vocacionada para digitalizar livros e outros documentos até ao formato A3, podendo também funcionar com alimentador automático para outro tipo de aplicações.

Com este scanner, através da tecnologia "Book Edge", o livro a digitalizar é apenas aberto a 90° e não precisa de ser comprimido. Deste modo, a digitalização não danifica as publicações e garante uma imagem sem a sombra da lombada.

O FB6080E é especialmente recomendado para bibliotecas, arquivos, museus ou qualquer entidade que precise de digitalizar livros, periódicos, jornais ou outros documentos até ao formato A3

Representado em Portugal por:

ERGOSTek Rua Carlos Vieira Ramos, 12 • 2770-217 Paço de Arcos
Tlm: 91 303 74 73 • E-Mail: geral@ergostek.com

NOTAS

¹ Tem sido profícua a actividade do Arquivo, desde os "projectos tradicionais" como foi a edição do "Guia do Arquivo" em 1991 à colaboração e execução de outros projectos ("SAAL/N: uma cidade em (r)evolução", Fundação Eça de Queirós e outros), os mais recentes, referidos neste artigo.

² A política de modernização tem sido possível através do estímulo dos colaboradores, da inovação de processos e da introdução de novas práticas de gestão, permitindo a constituição de uma equipa coesa, a criação de mecanismos de participação e de autonomia, a avaliação dos recursos humanos e dos resultados visando a qualificação daqueles, o incremento da qualidade destes e a rentabilidade dos serviços.

³ Na normalização da descrição foram utilizadas as ISAD (G) e o Encoded Archival Description (EAD), bem como as ISAAR(CPF) para o registo de autoridade.

⁴ Francisco Barbedo, arquivista, actual subdirector da Direcção-Geral de Arquivos que criou no então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo o Gabinete de Estudos em Arquivos Correntes (GEAC) e José Carlos Ramalho e Miguel Ferreira, do Depart. de Informática da Univ. do Minho, entidade a que foi contratada a consultoria e o desenvolvimento informático.

⁵ A consultoria insere-se nas funções atribuídas ao Arquivo; a disponibilização das aplicações faz-se, nos termos definidos pelo ADP e a Direcção-Geral de Arquivos, mediante protocolo.

⁶ Estas novas funcionalidades só agora se tornaram possíveis com a publicação recente dos diplomas legais que regem a certificação/assinatura digital e a transmissão electrónica de documentos com valor legal, mas cuja implementação carece, ainda, de alguma regulamentação, nomeadamente ao nível formal.

⁷ A implementação do projecto Consulta Real em Ambiente Virtual (CRAV) pressupõe a existência de repositórios de dados que permitam ao utilizador pesquisar informação e localizar documentos que pretenda consultar ou sobre eles solicitar serviços relacionados com o acesso à informação que os mesmos detêm. A primeira condição – a existência do repositório com a informação descritiva dos documentos – está já implementada e foi um dos objectivos do projecto DigitArq, já referido.

⁸ Designadamente, a implementação do fornecimento remoto de "certidões electrónicas", isto é, documentos/reproduções "certificadas" digitalmente e com validade para efeitos legais.

⁹ Assim como preenchíamos uma requisição a quem tem dificuldades em escrever, fá-lo-emos também a quem não saiba usar um teclado e um rato!

¹⁰ Habitados a pesquisar em determinados instrumentos de pesquisa (que manipulam com familiaridade), alguns utilizadores têm relutância em utilizar a pesquisa numa base de dados, ignorando que esta lhes pode trazer vantagens (tem mais informação) e que outros utilizadores acederão nela a informação que dificilmente localizariam em descrições não normalizadas e com uma "linguagem formal" particular, por exemplo, da historiografia.

¹¹ República Portuguesa – *Plano Tecnológico*. XVII Governo Constitucional, p. 14, "2. Conhecimento: Sociedade da Informação e do Conhecimento".